

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: RINALDO MARQUES

Uma trajetória política construída nos corredores da Assembleia



Em mais de duas décadas no Poder Legislativo, Guilherme Uchoa deixa marcas na história da Casa. Sua morte evoca as ações do parlamentar na única função eletiva que exerceu.

ACONTECEU NA ALEPE

■ Poder Legislativo convoca Sessão Extraordinária

A proposta de prorrogação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEF), por mais dois anos, motivou convocação de Sessão Extraordinária da Assembleia no mês de julho. Nos dias 4 e 5, os parlamentares reuniram-se em Plenário para apreciar o Projeto de Lei nº 2001/2018, de autoria do Poder Executivo. Aprovada em Primeira e Segunda Discussões e Redação Final, a proposição estende a cobrança da contribuição empresarial até agosto de 2020. O FEF foi criado em 2016, com o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio fiscal das contas do Estado durante o período de crise econômica. Começou a vigorar em 1º de agosto de 2016, com efeitos duráveis até o dia 31 de julho deste ano. A prorrogação foi requerida pelo fato de que “o grave cenário econômico que motivou a implementação do referido fundo ainda se mantém”.



■ Ex-deputado regressa à Assembleia

Com quatro mandatos na Alepe, entre os anos de 1999 e 2014, Sérgio Leite (PSC) retornou à Casa em julho. No dia 4, ele assumiu novo mandato na vaga deixada por Guilherme Uchoa, que faleceu no dia anterior. Após fazer o juramento de posse, o deputado lembrou a amizade que tinha com Uchoa e a gratidão por ter sido convidado para ocupar função de chefe de gabinete da Presidência. “Vou me esforçar para honrar este mandato da melhor forma possível e dedicar este período a Uchoa”. Leite era o terceiro suplente na coligação Pernambuco Vai Mais Longe (PTB/PT/PSC/PDT/PRB/PTdoB).

VOCÊ NA ALEPE

“Estou aqui hoje para discutir melhorias para a mobilidade, principalmente em relação ao transporte escolar, que é uma atividade privada, porém de utilidade pública. Só na cidade do Recife são mais de 18 mil estudantes transportados diariamente.”

José Bezerra

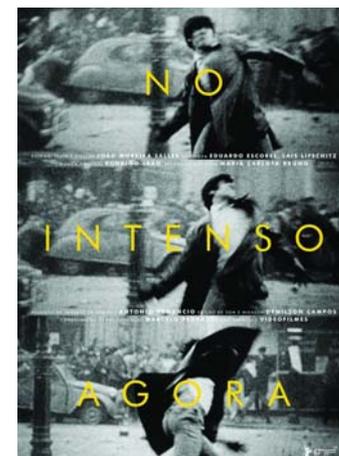
Representante do Sindicato de Transporte Escolar de Pernambuco, durante audiência pública da Comissão de Cidadania, no dia 6 de junho, para debater a situação dos transportes públicos metropolitanos.



EM FOCO

Intenso 1968

“Quem antes vivia calado, agora se sentia à vontade pra tomar a palavra: estudantes, operários, garçons. Alguma coisa nova brotava, comovente e vital”, narra João Moreira Salles no documentário “No intenso agora”, lançado em 2017. O filme faz uma reflexão pessoal sobre momentos de grande intensidade, como as rebeliões de 1968 na França, na Tchecoslováquia e no Brasil. Na obra, uma pesquisa histórica de fotos, vídeos e áudios se descortina a partir de filmes caseiros rodados pela mãe do cineasta na China em 1966, durante a Revolução Cultural. As imagens revelam poeticamente o estado de espírito por trás das filmagens amadoras de quem viu a história em ação.



Fique Sabendo

Assista ao trailer do filme “No intenso agora” no Youtube

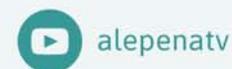
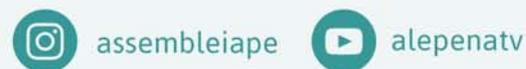
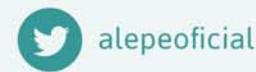
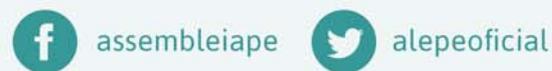


RÁDIO ALEPE

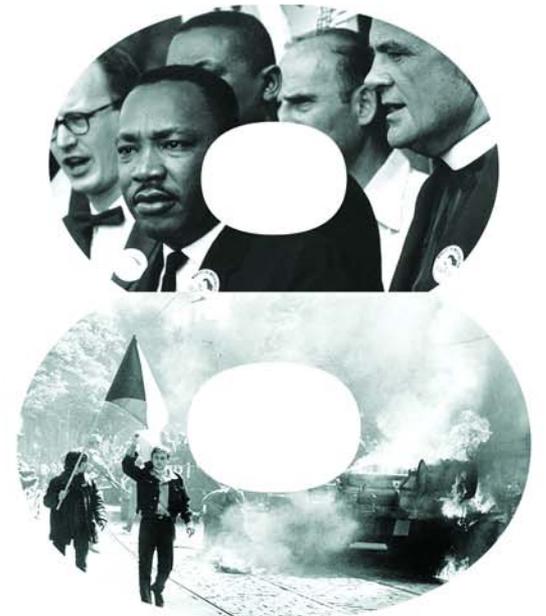
Nos últimos anos, o Brasil passou por turbulências políticas e sociais. Como entender a realidade de hoje? Para responder a essa questão, o Assembleia Geral, programa da Rádio Alepe, conversou com um historiador, um escritor e um psicanalista. Confira a edição do dia 25 de maio pelo QR Code ou no link: <http://bit.ly/radioalepe-brasilatual>



Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



HISTÓRIA



Pernambucanos analisam legados e significados de ano que sacudiu o mundo

André Zahar

A política não seria mais a mesma depois daquele ano. Num tempo em que ainda não havia Internet, rebeliões eclodiram quase simultaneamente em vários países. A França seria paralisada por motins e greves. Na então Tchecoslováquia, a tentativa de construção de uma democracia socialista seria sufocada pelos canhões da União Soviética. E, no Brasil, o ano seria marcado por fatos como a morte do estudante Edson Luís e pela Passeata dos Cem Mil.

Então aluna do curso de Medicina e secretária da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Carmen Chaves foi uma das estudantes presas no congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, no Estado de São Paulo. Para ela, 1968 representou "uma tentativa de mudança em todos os aspectos", mas o Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro, "jogou o Brasil

em sua mais longa e tenebrosa noite".

Naquele ano, o advogado João Bosco Tenório Galvão, então dirigente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), conquistaria uma vaga na Câmara Municipal do Recife. O ex-ve-reador do MDB, que seria sumariamente cassado em 1969, relembra que, naquele momento, o movimento estudantil pregou o voto nulo. "Em várias cidades, uma parte minoritária filiou-se ao MDB. Me chamaram e aceitei. Fui o terceiro eleito, denunciando prisões, torturas e corrupções", diz.

Setores da Igreja não ficariam indiferentes. O arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Camara se destacou na defesa dos direitos humanos e de reformas estruturais na América Latina, com a criação da Ação Justiça e Paz. Ex-integrante da Ação Católica Operária, o padre Ernanne Pinheiro foi auxiliar dele e, no ano seguinte, escolhido para suceder, na Pastoral da Juventude, o padre Antônio

Henrique Pereira, assassinado por paramilitares e agentes do Estado. Ele recorda a realização, em 1968, da II Conferência do Conselho do Episcopado Latino-Americano, na Colômbia: "Foi ali que a Igreja oficializou a opção pelos pobres".

Também naquele ano, o jornalista e escritor Marcelo Mário de Melo estava empenhado na organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dissidência armada do Partido Comunista Brasileiro. Ele, que seria preso de 1971 a 1979, enxerga em 1968 um momento coletivo de revolta ante as instituições, as forças políticas dominantes e os preconceitos. "Foi uma explosão que acendeu estrelas. Muitas delas ainda brilhando", emenda.

Para Nadja Brayner, que era tesoureira, à época, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, a rebeldia que se espalhou pelo mundo foi uma reação a valores ultrapassados, ao falso moralismo, à repressão sexual e a injustiças sociais. "No Brasil, a luta contra a di-

tadura civil-militar se traduzia na luta cotidiana contra repressão, autoritarismo e todo tipo de censura", avalia.

Sobre legados e semelhanças com o momento atual, as opiniões divergem. Marcelo considera que não há paralelo, e que o período atual tem "o tom cinzento do Governo Dutra" (1946-1951). Para João Bosco, muitas lideranças de 1968 assumiram o poder e se corromperam, enquanto outras continuaram com seus sonhos e atividades. Já Carmen pontua que, em 2018, vive-se "sob um golpe financeiro disfarçado". Apesar de pessimista com o atual cenário do Brasil, Padre Ernanne considera que o Papa Francisco aponta para uma esperança: "Hoje há, novamente, pessimismo com o momento político do País e otimismo em relação às perspectivas da Igreja".

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

Duas décadas no Poder Legislativo

Com seis mandatos como deputado estadual, Guilherme Uchoa deixa um legado de iniciativas que modernizaram a estrutura da Alepe

Uma trajetória política que se iniciou e se consolidou nos corredores da Casa de Joaquim Nabuco. Ao todo, foram quase 24 anos de atuação no Parlamento Estadual e seis mandatos consecutivos como presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco. A história do político Guilherme Uchoa coincide com os anos em que foi deputado, única função eletiva que ocupou, e suas principais ações, especialmente no período em que comandou o Poder Legislativo, confundem-se com as iniciativas de modernização da instituição. A morte do parlamentar, aos 71 anos, no dia 3 de julho, provoca um resgate natural dessa passagem pelo órgão.

Eleito deputado estadual pela primeira vez em 1994, Uchoa ocupou diversos papéis de destaque na Alepe. Logo após tomar posse, foi escolhido para compor a Mesa Diretora da Casa na função de primeiro vice-presidente. Em 1997, chegou a assumir a liderança do então PMDB, par-

tido ao qual pertencia à época. Dois anos mais tarde, já no segundo mandato como parlamentar, elegeu-se primeiro-secretário do Poder Legislativo. Em fevereiro de 2001, durante o primeiro governo do peemedebista Jarbas Vasconcelos, iria para a vice-liderança da Oposição e, três meses depois, ingressaria no PDT.

De argumentos contundentes, liderou, em 2003, o bloco parlamentar formado pelo PDT, PMN e PTB. A atuação pela legenda ao longo desses anos seria convertida em números nas eleições de 2006, quando se tornaria o deputado estadual mais votado do partido, com 53.149 votos. O desempenho na Casa de Joaquim Nabuco e o perfil conciliador fizeram com que fosse escolhido presidente da Alepe, em fevereiro de 2007, no primeiro Governo Eduardo Campos. "Mesmo nos momentos mais delicados, ele sempre teve serenidade e senso de humor para dirimir conflitos", lembra o deputado federal João Fer-

nando Coutinho (PROS/PE), que foi primeiro-secretário nos quatro primeiros mandatos de Uchoa na Presidência da Assembleia.

Ao longo dos mais de 11 anos em que conduziu o Parlamento Estadual, Guilherme Uchoa implementou iniciativas que marcaram a história da instituição. Sob sua gestão, a Mesa Diretora desenvolveu processos de modernização da Alepe e de valorização dos funcionários. "Houve diversas melhorias na estrutura da Casa, com a construção de novos edifícios, por exemplo. Além disso, a Assembleia ainda realizou concurso público [em 2014]", elenca Coutinho. "Foi nas gestões de Uchoa que os servidores obtiveram importantes avanços para o cumprimento de suas funções", complementa a direção do Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo do Estado de Pernambuco (Sindilegis-PE).

Ainda sobre as melhorias na área estrutural, em junho de 2017, o projeto de renovação e readequação da Casa

chegou ao principal momento, com a inauguração do Edifício Miguel Arraes de Alencar, novo prédio-sede da Assembleia Legislativa. No local, funcionam o Auditório Senador Sérgio Guerra e o Plenário Governador Eduardo Campos. Nesse espaço, além de galeria com 294 lugares disponíveis ao público e cadeiras adaptadas para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e obesidade, ainda há um painel eletrônico para o acompanhamento das votações durante as Reuniões Plenárias.

"Guilherme Uchoa deixa uma marca. Na sua vida política, como deputado estadual, ele fechou seu ciclo de maneira honrada, trabalhando muito em ações e projetos em prol dos pernambucanos", pontua o primeiro-secretário do Parlamento Estadual, Diogo Moraes (PSB), com quem, durante os dois últimos biênios, o presidente dividiu a tarefa de gerir a Alepe.

PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

Outra iniciativa de destaque de Uchoa na Presidência da

HOMENAGENS



"Ele deixou um legado muito importante. Estamos muito tristes, porque hoje há um vazio. Desejo harmonia para esta Casa", Pastor

Cleiton Collins, primeiro vice-presidente no exercício da Presidência da Alepe.



"Considero o seu período de gestão como o mais calmo na Casa. Ele mantinha boa comunicação com os pares. Foi um deputado que fez a diferença",

Diogo Moraes, primeiro-secretário da Alepe.



"Sempre foi um excelente pai, marido e filho. Nesse momento, temos apenas uma certeza: a de que ele cumpriu o seu

dever", Guilherme Uchoa Júnior, empresário.

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO

O cargo de deputado estadual foi a única função eletiva ocupada por Uchoa. Abaixo, o presidente faz pronunciamento ao lado de Eduardo Campos, João Lyra Neto e de João Fernando Coutinho, no lançamento da pedra fundamental das obras da nova sede da Alepe (1). Parlamentares visitam construção do Edifício Miguel Arraes de Alencar (2). Político discursa em evento do Sindilegis (3).

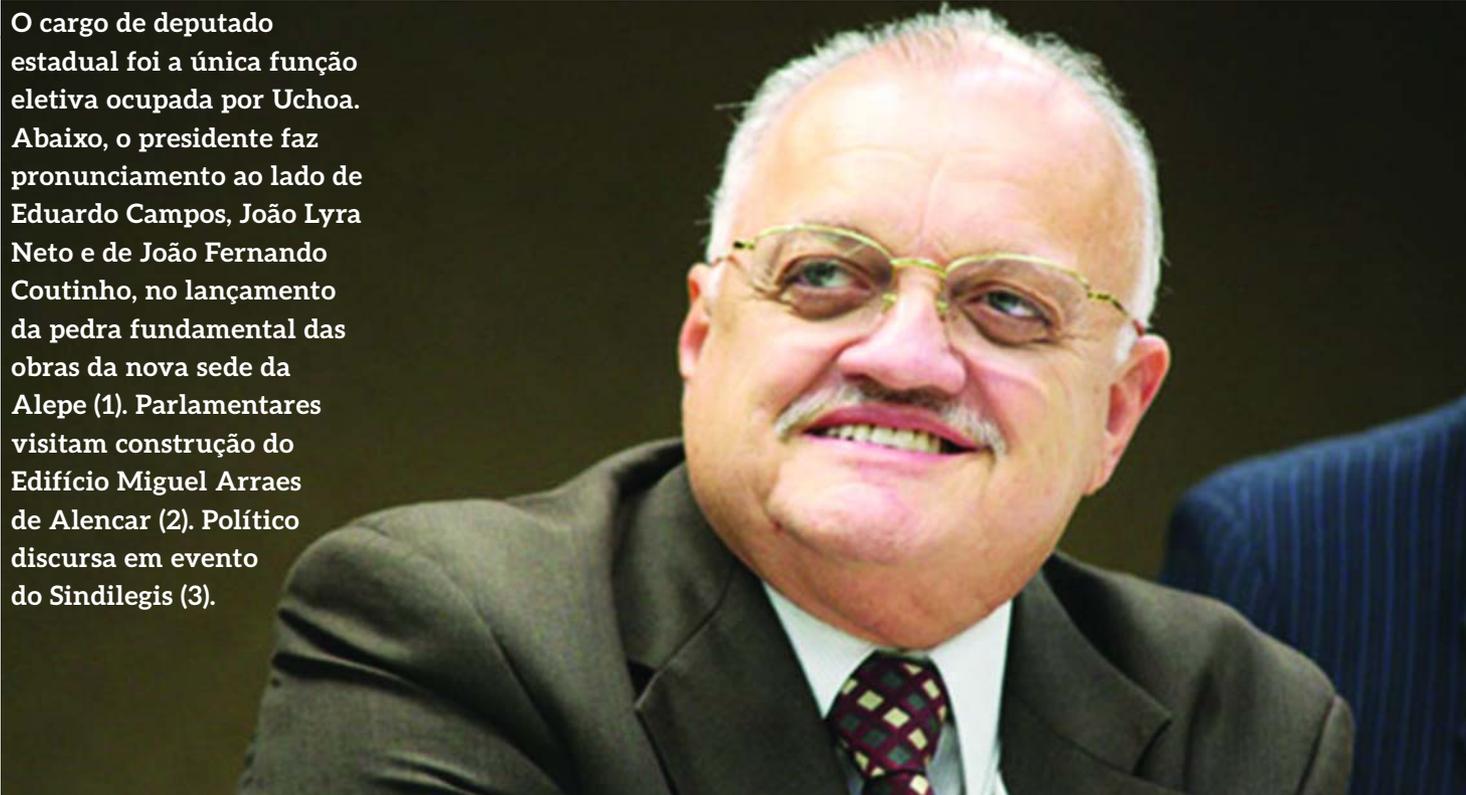


FOTO: JARBAS ARAUJO/ARQUIVO

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO

FOTO: SABRINA NÓBREGA/ARQUIVO



Casa foi a preservação do Museu Palácio Joaquim Nabuco – prédio que sediou por 142 anos o Plenário do Poder Legislativo. O edifício, que desde 2010 passou a ser considerado instituição museológica pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), está também em processo de tombamento pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). A proposta atualmente está na fase de identificação técnica das peças disponíveis na construção histórica. O objetivo da medida é conservar,

expor, divulgar e promover estudos e pesquisas, preservando a memória, fatos e obras da Assembleia.

AÇÕES NO STF

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e juiz aposentado, Guilherme Uchoa assumiu a responsabilidade, juntamente com a Procuradoria Geral da Casa, de também cumprir prerrogativa do Poder Legislativo: a atribuição de questionar a constitucionalidade de normas na Justiça. Na sua gestão, a Alepe ajuizou algumas Ações Dire-

tas de Inconstitucionalidade (Adins) no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma delas foi destaque: a que beneficiou donos de imóveis localizados em terrenos de marinha. Com a mudança nos cálculos da linha de preamar médio, algumas propriedades poderiam passar a ser inseridas nessa área e taxadas pela União. A ação judicial que a Assembleia ingressou em 2009, por sua vez, questionou o artigo 5º da Lei 11.481/2007. Pelo dispositivo, as pessoas somente tomariam conhecimento dessas novas

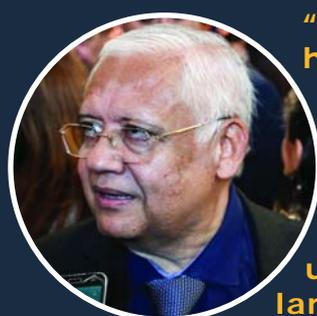
demarcações pelo *Diário Oficial da União* e não mais seriam notificadas individualmente. "A atitude ia de encontro à tradição jurídica do amplo direito à defesa e à contestação, pois nem todos têm acesso a essa publicação", argumentou o presidente à época.

A DESPEDIDA DE UCHOA

Natural de Timbaúba, Zona da Mata Norte, Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo faleceu na madrugada do dia 3 de julho, vítima de edema pulmonar seguido de parada cardíaca. Ele deixou a esposa, Eva, e dois filhos, Guilherme Júnior e Giovana. O corpo do parlamentar foi velado na Assembleia Legislativa. No local estiveram presentes familiares, deputados, autoridades políticas, amigos e servidores da Casa. O Governo do Estado, o Poder Legislativo e outras instituições decretaram luto oficial de cinco dias. Na Reunião Plenária de encerramento do semestre, promovida no mesmo dia do falecimento, também foi respeitado um minuto de silêncio. Já no período extraordinário convocado pelo Parlamento Estadual no dia 4 de julho, uma série de pronunciamentos resgatou a memória do presidente da Alepe. Além disso, ato simbólico foi realizado para a retirada do seu nome do painel eletrônico.



"Uma pessoa que buscou ter um diálogo muito franco e transparente com o Poder Executivo. Ele contribuiu para as conquistas e avanços obtidos por Pernambuco", Paulo Câmara, governador do Estado.



"Ele foi um humanista e se preocupava com a assistência aos mais pobres. Foi uma perda lamentável", Adalberto de Oliveira Melo, presidente do TJPE.



"Sempre facilitou o diálogo entre os Poderes e as instituições do Estado. Deixará um vazio na política, principalmente neste momento de crise que enfrentamos", Marcos Loreto, presidente do TCE.

● ABASTECIMENTO

Dos impostos aos postos

A paralisação dos caminhoneiros, em maio, fez com que as atenções se voltassem para uma discussão: qual o peso dos tributos na formação do preço do combustível?

Edson Alves Jr.

Por ano, somente com o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis, Pernambuco arrecada um valor próximo a R\$ 3 bilhões. Para se ter uma ideia do peso do setor para os rendimentos do Estado, 20% da receita advém dessa cobrança, cuja alíquota é de 29% sobre a gasolina e 18% sobre o diesel. Esses percentuais e a forma como é feita a tributação sobre o segmento vieram ao centro das discussões, em maio, diante da greve que esvaziou os postos.

Quando um caminhoneiro abastece um tanque com 660 litros de diesel, por exemplo, a um custo de R\$ 2.360, os cofres estaduais arrecadam, aproximadamente, R\$ 400.

Desse valor, 40% (R\$ 160) serão usados em ações de saúde, educação e segurança pública executadas pelo Governo Estadual, segundo dados do Portal Tome Conta, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), referentes a 2017.

Ao fim da paralisação dos caminhoneiros, o Governo Federal apresentou medidas com o objetivo de reduzir em R\$ 0,46 o preço do diesel, dos quais 16 centavos viriam do corte de tributos federais e 30, de subsídios à Petrobras. As mudanças não saíram barato, pois exigiram um ajuste de R\$ 13,6 bilhões no orçamento da União.

No Congresso Nacional, os senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) fizeram a proposta de limitar as alíquotas de ICMS a 18% para a gasolina e o etanol e a 7% para o diesel. Mato Grosso

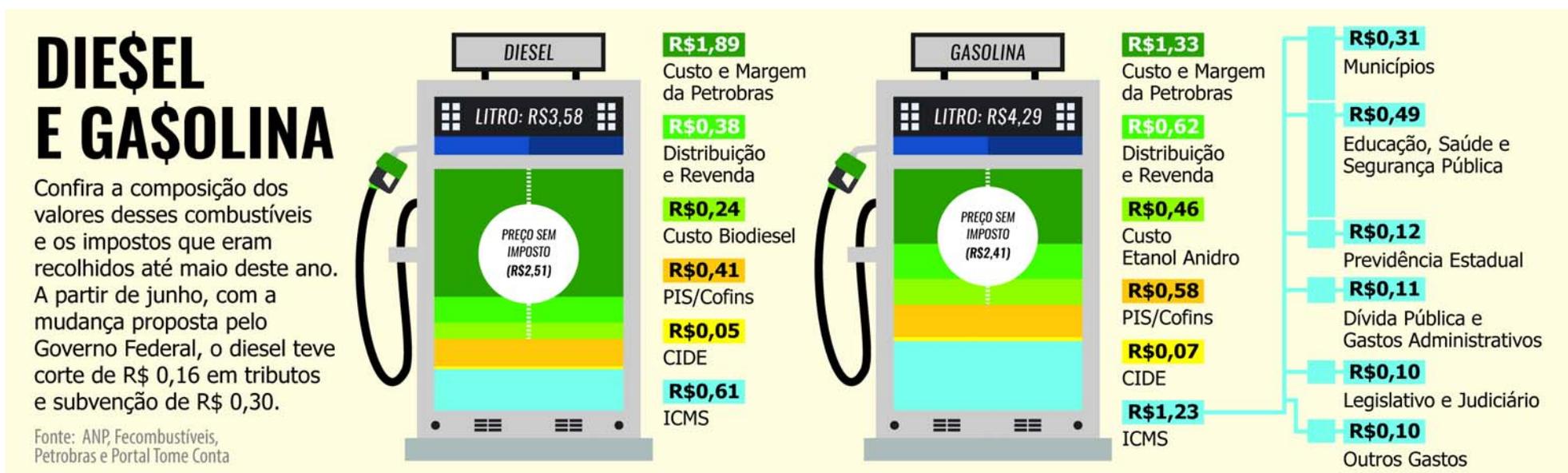
do Sul e Rio de Janeiro já reduziram essas porcentagens para 17% e 16% sobre a gasolina e o etanol, respectivamente, e para 12% sobre o diesel. Governadores de sete unidades da federação – incluindo o de Pernambuco, Paulo Câmara – já se manifestaram contra a possibilidade de reduzir as quotas.

Em carta aberta à população, os governadores avaliaram que “já são sacrificados demais pela injusta concentração de recursos na União”. “O Governo Federal tenta transferir para os Estados a responsabilidade pela solução da crise que a União provocou, através de uma política de preços de combustíveis absurda, perversa e irresponsável”, declararam no texto.

A discussão chegou à Alepe, instituição que pode autorizar ou rejeitar a medida. Para a deputada Priscila Krause (DEM), o Governo

poderia antecipar a diminuição do percentual incidente sobre a gasolina, de 29% para 27%, e sobre o diesel, de 18% para 17%. A redução está prevista para acontecer somente em 2020. “Pernambuco está batendo recorde de arrecadação, mas o gasto público cresceu ainda mais. O governador deve, ao menos, tomar a frente desse diálogo”, considerou. Já o líder do Governo, deputado Isaltino Nascimento (PSB), classificou a proposta como uma “saída simplória”. “Façamos um debate verdadeiro: somos um Estado pobre. Como vamos garantir hospitais, escolas e segurança sem o ICMS?”, questionou.

Na avaliação do professor de Economia Gustavo Sampaio, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), reduzir percentuais de ICMS agora seria uma “péssima ideia” para qualquer Estado.



“O impacto não será só nas finanças estaduais, mas também sobre os municípios, que recebem repasse de 25% do imposto”, observou. “Com a perda de arrecadação, algumas prefeituras acabariam descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois não há como ajustar imediatamente o quadro de servidores à nova realidade orçamentária.”

No longo prazo, porém, Sampaio considera a diminuição da alíquota algo positivo. “Um preço menor dos combustíveis pode gerar aquecimento na economia, principalmente de setores que dependem mais do transporte, e acabar se revertendo em maior arrecadação. Não dá para ter certeza, mas é algo factível”, salientou o economista.

Em apresentação à Alepe do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre deste ano, o secretário da Fazenda, Marcelo Barros, demonstrou apreensão com o cenário que os números dos próximos meses podem revelar. Segundo ele, há motivos para acreditar que a greve dos caminhoneiros terá repercussões negativas sobre as receitas estaduais – seja por conta da interrupção de serviços no período da paralisação ou por causa do aumento nos custos com fretes após o movimento ter as reivindicações atendidas. “Ainda não temos um valor exato, mas a arrecadação vai, sim, sofrer influências, e a gente está pensando em alternativas para compensar esse impacto sem aumentar a carga tributária”, informou.

REGULAÇÃO

Há medidas para regular a venda e a tributação dos combustíveis que não envolvem



FOTO: JARBAS ARAUJO

Pernambuco arrecada, anualmente, R\$ 3 bilhões com a cobrança de ICMS sobre combustíveis

aumento ou diminuição da carga tributária. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal com o objetivo de aumentar a concorrência e reduzir os preços ao consumidor, lançou, em maio, uma série de recomendações que, na visão da instituição, poderiam baixar os preços da gasolina e do diesel.

A proposta inclui mudar completamente a sistemática de recolhimento do ICMS sobre os produtos. No modelo atual, ocorre a chamada “substituição tributária”: o

Quando um caminhoneiro abastece um tanque com diesel, cerca de 17% do valor pago vai para os cofres estaduais

imposto é pago antecipadamente na venda entre a produtora (Petrobras) e as distribuidoras, que então comercializam os combustíveis com os postos. A cobrança é feita por um valor fixo calculado sobre a média dos preços oferecidos para o consumidor no varejo. Contudo, argumenta o Cade, do modo como ocorre, os postos de combustível não têm incentivo para

ofertar preços abaixo da média definida, já que isso os faria pagar mais impostos em relação àqueles que praticam o custo médio.

“Se o agente [dono de posto] precificar abaixo da tabela, ele terá que gastar com advogados para entrar com uma ação judicial solicitando a devolução do ICMS pago a mais”, diz o documento. A autarquia propõe que o ICMS seja recolhido diretamente nos postos de combustíveis, com um imposto proporcional não à média, mas ao valor de venda de cada produto.

Outra medida sugerida pelo Cade é permitir que usinas de álcool comercializem etanol diretamente com os postos. Atualmente, a venda só pode ser feita para distribuidoras, por determinação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A proposta foi defendida pelo deputado Henrique Queiroz (PR) no Plenário. “Durante a greve, foi autorizado que as usinas da Mata Norte abastecessem diretamente os postos. Com isso, os caminhões com etanol não tiveram que percorrer 220 quilômetros até a distribuidora em Suape (RMR). Se essa logística permanecesse, poderia haver um barateamento do combustível”, pontuou.

A Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz-PE), porém, aponta dificuldades operacionais. “O regime atual é muito precioso para nós, pois, com ele, temos que fiscalizar apenas as poucas empresas distribuidoras”, explicou Roberto de Abreu e Lima, diretor de Política Tributária do órgão. “Com a venda direta aos postos, há perda de controle da Sefaz na operação. Os níveis de sonegação tendem a aumentar assustadoramente.”

Alfredo Pinheiro Ramos, diretor-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Pernambuco (Sindicombustíveis-PE), defende a venda direta aos postos e a discussão dessa possibilidade com todos os segmentos envolvidos. “Sei que iria dar mais trabalho, mas, com as notas fiscais eletrônicas, a Sefaz pode saber on-line tudo o que a gente está vendendo”, avalia.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

Pernambuco em festa

Artistas que fazem o São João do Estado falam sobre sentimentos que os movem em uma das grandes celebrações da cultura nordestina

Ivanna de Castro

“Nunca vi São João / Sem foguete, sem fogueira / Tric-trac, ronqueira / Buscapé e balão / Sem adivinhação / Milho assado e canjica / Sem sanfoneiro, é futrica / Pra mim nunca foi São João”. Nos versos da canção *São João sem Futrica*, Luiz Gonzaga aponta os itens que considera indispensáveis na grande festa do povo nordestino. Mas, ainda que não listados pelo Rei do Baião, outros elementos ajudam a formar essa celebração popular múltipla, que envolve as comunidades e compõe a identidade dos pernambucanos.

As quadrilhas, por exemplo, são responsáveis por trazer irreverência e animação. Algumas delas vão além da brincadeira e, graças a um organizado trabalho coletivo, garantem ao público espetáculos que chegam a custar R\$ 40 mil. “São cerca de 90 pessoas dançando, mas há também aquelas que atuam no núcleo de figurino, na produção e na direção, assim como os profissionais que definem e trabalham o tema”, conta Perácio Gondim, coreógrafo de dois premiados grupos de quadrilha do Estado: a Junina Tradição, do Recife, e a Raio de Sol, de Olinda.

O sentimento de pertencimento comunitário e a vontade de preservar uma tra-



FOTO: GIOVANNI COSTA

Nascidas nas cortes europeias, quadrilhas foram trazidas ao Brasil pela família real portuguesa

dição criada ainda no século 19 são os principais motivos apontados pelo educador físico Ivan Marinho, 53 anos, para explicar o envolvimento dele com o bacamarte. Marinho faz parte da Sociedade de Bacamarteiros do município do Cabo de Santo Agostinho (Região Metropolitana do Recife). “Como é preciso confiança naquele que está ao lado atirando, nós passamos a nos enxergar como uma família”, revela.

O bacamarteiro explica que a prática surgiu no Brasil após a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando os soldados brasileiros, equipados com armas de fogo de cano curto e largo, deram tiros para comemorar o fim do conflito e o retorno às suas casas. Hoje, desfilam embalados pelo som do forró, do xaxado e, claro, dos tiros. “O barulho que sai da arma e a fumaça da pólvora geram um êxtase na gente.

Essa atmosfera envolve os que acompanham os desfiles também”, descreve Marinho.

Outro som marcante no São João de Pernambuco é o provocado pelas batidas dos tamancos de madeira dos integrantes do grupo de coco Raízes de Arcoverde (Sertão do Moxotó). Cantora, Iran Calixto trabalha há 20 anos para manter viva a tradição impulsionada pelo tio, o Mestre Lula Calixto. “Nossa cultura é conhecida internacionalmente, mas precisamos de mais apoio para conservá-la”, cobra, lembrando as dificuldades que enfrentaram para pagar o aluguel da antiga sede, quitado graças a uma campanha de doações. “Com a crise econômica, o primeiro a sofrer é o artista da tradição popular”, lamenta, destacando o São João como o grande momento de valorização do folguedo.

Cantor dos sucessos *Ana Maria* e *Tamborete de forró*,

Santanna defende que os artistas e os ritmos do Nordeste sejam priorizados na programação do ciclo junino. “Graças à luta de Gonzaga para valorizar a cultura nordestina, uma festa que durava dois dias passou a se estender por um mês. São os nomes locais, portanto, que devem ser protagonistas”, diz o cantador, criticando a extensão do espaço concedido, nessa época, a outros ritmos, como o sertanejo. “Eles devem ser os convidados e nós, os anfitriões. Muitas vezes isso se inverte”, observa.

EVOLUÇÃO

Historiador da Universidade de Pernambuco (UPE) e organizador do livro *Nos Arraiais da Memória 2: as quadrilhas juninas escrevem diferentes histórias*, Mário Ribeiro prega a valorização das expressões culturais locais, mas alerta que mudanças nas práticas populares são inevitáveis. “As expressões culturais são bens vivos e não param de se reinventar. Isso porque elas são feitas por pessoas, cujos sentimentos e necessidades de existência se alteram com o passar das gerações”, analisa.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

AVISO

Em virtude da matéria especial em homenagem a Guilherme Uchoa, excepcionalmente não serão publicadas nesta edição a coluna Documento Histórico e a seção Agora é Lei.



Você pode contribuir com o conteúdo do Tribuna Parlamentar enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail tribunaparlamentar.alepe@gmail.com. Participe!